



O TRABALHO EDUCATIVO: ENTRE A HUMANIZAÇÃO E A ALIENAÇÃO

Suzanna Neves FERREIRA (UEMS/ Paranaíba – PIBAP)¹

Andréia Nunes MILITÃO (UEMS/Paranaíba)²

RESUMO: Neste ensaio objetiva-se desvelar aspectos da alienação no campo educacional e analisar os elementos necessários para uma educação humanizadora. A presente proposta apresenta os elementos que caracterizam o trabalho educativo numa perspectiva humanizadora e os impasses para a concretização deste na sociedade capitalista que estimula a individualidade, a competição ao invés de valores como o respeito e a solidariedade. A sociedade capitalista é permeada de contradições, que se expressam também na educação. A problemática central deste trabalho é investigar quais seriam as possibilidades para que houvesse um efetivo trabalho educativo comprometido com as necessidades de uma sociedade plural, democrática e ética? Este trabalho está ancorado na abordagem qualitativa e recorre à pesquisa bibliográfica, pautado nos estudos de Duarte (2001), Mascarenhas (2005), Martins (2004), Lima (2010) entre outros que dialogam sobre trabalho e educação na sociedade capitalista. Este estudo evidenciou que os limites para que se realize um trabalho educativo que vise a transformação existem e diante disso, é preciso que a educação não desassocie da sua dimensão política. Defendemos que a humanização dos indivíduos é o que deve objetivar o trabalho educativo, o diálogo entre os diferentes grupos sociais, o respeito à diferença, o reconhecimento pelo próximo. Para construirmos uma sociedade democrática, ética e plural, antes de mais nada, é preciso formar sujeitos para além da individualidade das relações superficiais que se estabeleceram nesse século.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho Educativo. Humanização. Alienação.

1 INTRODUÇÃO

A ordem social vigente mantém a segregação das classes sociais por meio do processo de alienação. Considera-se, desse modo, que “o capitalismo possui uma processualidade histórica que impõe e mantém uma realidade compatível com sua lógica, referendada por um processo de socialização humana da qual a base é

¹ Mestranda vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas aos Alunos de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (PIBAP/UEMS). E-mail: suzanna.pedagogia@gmail.com

² Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UEMS/Unidade Universitária de Paranaíba. E-mail: andreiamilitao@uems.br

construída pelo trabalho alienado” (BRASIL, 2005, p. 9). É nesta perspectiva que propomos analisar como a relação entre educação e trabalho vem ocorrendo na sociedade do capital.

A ordem capitalista vigente é, pois, medida e regulada por uma ação pedagógica que condiciona sujeitos, destacando-se a educação como ele mediador que proporciona a tendência de se repetir um padrão de classificação hierárquica social numa cumplicidade irrefletida que, por sua vez, tende a contribuir para a perpetuação de modelos sociais estabelecidos (BRASIL, 2005, p. 11).

Desta forma, o capitalismo utiliza-se da educação para continuar mantendo sua natureza excludente, mantido por poucos que são detentores dos meios de produção e dos saberes elementares. À classe trabalhadora pouco é oferecido, devido à isso, existe uma crescente desvalorização do trabalho educativo, pois a educação é capaz de iluminar pensamentos e, se isso ocorrer, o sistema capitalista não se mantém, pois a relação exploradores/explorados é que o mantém.

A humanização não é um processo natural dos seres humanos, assim como o respeito pelo próximo. A educação constitui um caminho para que possamos construir uma sociedade ética, democrática e plural, sendo o trabalho educativo a possibilidade para desnudar a alienação presente em todo o processo de vida do ser humano, desde os currículos escolares ao trabalho nas empresas. Um processo educacional alienado resultará em uma vida alienante.

Sabemos que a educação não é um elemento social desvinculado do meio em que está inserida. Ela recebe influência diretamente deste meio e reproduz as relações de poder nele existentes, condicionando o processo educativo aos interesses de quem o determina, ou seja, da classe dominante e política. Porém, ao mesmo tempo em que o trabalho educativo é reprodutor, ele pode também ser produtivo e democrático.

O texto está distribuído em três seções. A primeira tem o propósito de estabelecer a relação entre trabalho e educação. Para tanto, inicialmente procuramos demonstrar que a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos. Em seguida, problematiza-se a relação entre os elementos essenciais de construção da sociabilidade humana: trabalho e educação. A segunda seção examina os impasses da sociedade capitalista para realizar um trabalho educativo para humanização, com o objetivo de identificar como o capital está presente no

processo educacional. Dentre esses impasses, destaca-se o caráter alienante da educação. Por fim, na terceira seção definimos humanização e discutimos as possibilidades para realizar um trabalho educativo com essa finalidade.

2 EDUCAÇÃO E TRABALHO: UMA RELAÇÃO INTRÍNSECA

É preciso que nos perguntemos: qual é a importância de estabelecermos a relação entre educação e trabalho? As origens da educação se confundem com as origens do próprio homem. Saviani (2003, p. 11) considera que é o trabalho que diferencia o homem dos outros animais “o trabalho se instaura a partir do momento em que seu agente antecipa mentalmente a finalidade da ação”, por isto podemos dizer que o trabalho define a essência humana.

Desta forma, o trabalho é uma ação intencional, pois para o homem transformar a natureza, criando e adaptando-a para a sua sobrevivência, é necessário primeiro que ele mentalize e antecipe um fim antes de realizar a ação.

Para Mascarenhas (2005, p. 162), “trabalho é ação produtora, ação criadora por meio da qual o homem estabelece relações com a natureza e com os outros homens. Portanto, trabalho é elemento fundamental de constituição da sociabilidade”, e a educação é fenômeno próprio dos seres humanos. Nesta direção, Saviani (2003, p. 12) ressalta que “o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”. Assim, o objeto da educação é a identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos para que eles se tornem humanos.

O trabalho educativo tem por finalidade propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado e que este saber possibilite a inclusão destes indivíduos em todas as esferas da sociedade; um saber emancipador que contribua para a construção de uma sociedade ética, democrática e plural. Porém, o que ocorre é uma inversão “[...] de agência destinada a atender o interesse da população em ter acesso ao saber sistematizado, a escola se torna uma agência a serviço de interesses corporativistas ou clientelistas. E se neutraliza” (SAVIANI, 2003, p. 15).

Para Mascarenhas (2005), a educação é o instrumento essencial do processo de socialização e está associada intimamente com o trabalho como

atividade criadora e realizadora. A autora ressalta que “educação e trabalho são elementos essenciais de construção da sociabilidade humana. Por meio do processo educacional e pelo trabalho o homem torna-se homem, aprende a ser homem” (MASCARENHAS, 2005, p. 162). O trabalho aqui é concebido como atividade produtora e criativa e a educação como processo de sociabilização, desenvolvimento e emancipação.

Martins (2010) defende que o produto do trabalho educativo deve ser a humanização dos indivíduos. Assim, o objetivo central da educação escolar reside na transformação das pessoas em direção a um ideal humano superior.

Desse modo, para que o trabalho educativo possa ser uma ação criadora, para que seja, de fato, transformador, é preciso tirar os véus que cobrem a educação. Atualmente, vivemos em uma sociedade cujas mudanças ocorrem com rapidez, uma sociedade marcada pela globalização neoliberal excludente, inseridos em uma economia baseada no descarte que assinala as diferenças de classe. Estas mudanças demandam a disposição dos indivíduos para mudar de identidade e não se apegar as coisas de outrora.

Quando o trabalho educativo não cumpre com a sua finalidade, corre o risco de se reduzir à forma de acomodação social, deixando de ser uma ação transformadora, criadora e emancipatória para constituir-se em um mecanismo de manutenção da exclusão, característica essa predominante da sociedade capitalista.

Educação e trabalho são elementos que se complementam, pois se a ação docente não está convergindo para a transformação, ela está contribuindo para que as diferenças sociais se mantenham.

3 O TRABALHO EDUCATIVO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

O trabalho educativo no Brasil encontra vários impasses no contexto da sociedade do capital. A educação não é chave mestre para todas as mazelas existentes na sociedade, mas representa um caminho para a construção de uma sociedade justa e igualitária. Porém, a sociedade capitalista caracteriza-se por relações alienadas/alienantes, formais, próprias da urbanização e industrialização.

O capitalismo se mantém porque gerou uma cultura de acumulação e a educação, em seu sentido e em suas modalidades, pode servir de elo mediador para os processos de acumulação ao reproduzir ideias e valores

que reforçam a reprodução ampliada do capital. A ordem capitalista vigente regula uma ação pedagógica que condiciona sujeitos, cuja educação tende a repetir um padrão de classificação hierárquica social, escolarmente sancionado e reproduzido nas formas de uma cumplicidade irrefletida, em que se perpetuam modelos estabelecidos (BRASIL, 2005, p. 12).

Ao invés de um trabalho educativo criador, emancipatório, tem-se um trabalho alienado. Mascarenhas (2005) define assim o trabalhado alienado:

É o trabalho estranhando a situação em que o trabalhador não se reconhece no produto do trabalho realizado nem no processo do trabalho. Também nesse contexto o trabalhador não reconhece a ele e ao outro. O trabalho passa a ser atividade torturante, desumanizada. Como o trabalho é elemento essencial de constituição da sociabilidade e do ser humano, então afirma Marx, se o trabalho é alienado, a vida se torna alienada (MASCARENHAS, 2005, p. 165).

O que ocorre é a alienação em todo o processo - a educação se tornando atividade mecânica e repetitiva sem uma finalidade em seu ato, e o trabalho um fardo, uma atividade árdua, em que o trabalhador não se reconhece no seu trabalho, no seu resultado final; seu trabalho causa, assim, estranhamento. O mesmo ocorre na educação com a fragmentação do conteúdo, imposições externas das políticas educativas, perdendo-se o real objetivo da escola.

Mascarenhas (2005, p. 166) aponta para a necessidade de “politizar a relação educação e trabalho, para que todas essas questões venham à tona, para que se esclareça o jogo de interesses e se entenda o que favorece quem”. Ao dissociar o trabalho educativo e a ação política, a ação e o discurso, perde-se a oportunidade de se construírem alternativas. Saviani (2012) considera que toda prática educativa contém inevitavelmente uma dimensão política. Sendo assim, para construir alternativas nesta sociedade é necessária a associação entre ação pedagógica e ação política.

O que vem ocorrendo é que os espaços destinados à educação estão incorporando cada vez mais a lógica mercadológica. À esse respeito, Mascarenhas (2005) faz a seguinte afirmação:

Essa ligação direta e imediata tem causado sérios danos ao processo educacional porque desconhece as suas especificidades, desrespeitando completamente a lógica da prática educativa. Aliás, o que tem acontecido no estabelecimento da relação educação/mundo de trabalho via mercado de trabalho é a submissão do espaço educacional à lógica do mercado. E esta não é a lógica mais adequada ao processo educativo que tem um tempo

próprio, uma forma de acontecer, uma maneira de se construir (MASCARENHAS, 2005, p. 161).

É comum na sociedade capitalista, tomada pela corrente neoliberal, a lógica mercadológica nos espaços escolares, seguindo a relação custo/benefício. Assim, as escolas e universidades públicas que não apresentam capital de retorno, lucro, em tempo ágil, representam prejuízo à nação (MASCARENHAS, 2005). No entanto, com a inserção da lógica do mercado capital nos espaços escolares, a educação perde a sua especificidade, os seus objetivos. Vê-se que cada vez mais tem se fortalecido políticas para a privatização dos espaços públicos educacionais, condenando o ensino público à insuficiência para que possam, assim, vender educação.

Apesar dessa bandeira ter sido apropriada pelos discursos capitalistas, que colocam a educação no centro das discussões, defendendo a universalização do ensino escolar, como direito de todos, na prática, inversamente, determinam a discriminação deste saber, não oportunizando a apropriação do conhecimento científico para todos, por meio da oferta de uma educação sem qualidade. Na lógica do capitalismo, a ciência é propriedade privada, pois é garantia da continuidade de acumulação do capital, não podendo ser acessível a todos. Lutar pela superação de tais desigualdades educacionais exige comprometimento político e consciência epistemológica por parte dos envolvidos no processo educacional (VAZ e FAVARO, 2010, p. 519).

Vaz e Favaro (2010) localizam um sentimento de desvalorização e descrença por parte do Estado quanto à importância do trabalho educativo realizado pelos docentes. O que ocorre na atual sociedade é a desconsideração do trabalho docente, a negação da apropriação dos conhecimentos científico a todos, isto é, descaracteriza a função educativa e transformadora da educação.

A educação também pode ter um sinal negativo, isto é, pode ser um processo alienante. Nossa análise do caráter humanizador da educação não faz abstração das contradições presentes na sociedade atual e, dessa forma, não podemos desconsiderar que tanto a objetivação como a apropriação podem fazer parte de processos sociais alienantes. É necessário, portanto, distinguir o fato de a objetivação e de a apropriação serem processos indispensáveis ao desenvolvimento dos seres humanos, do fato de que, em determinadas condições sócio-históricas, esses processos tornam-se parte da reprodução de relações sociais alienadas e alienantes, como ocorre na sociedade capitalista (DUARTE, 2001, p. 161).

A educação pode ser um processo alienante frente às contradições presentes na sociedade atual, esta que valoriza a aparência e não o ser na sua essência. Uma

sociedade que mantém as diferenças culturais, que diz reconhecer as desigualdades, mas cria mais mecanismos para manter os grupos sociais separados em classes, está negando a sua função politizadora, ao naturalizar questões sociais que são construídas historicamente por meio da exploração dos detentores dos bens econômicos sobre os trabalhadores. Duarte (2001) assevera que esses processos tornam-se parte da reprodução de relações sociais alienadas e alienantes na sociedade capitalista.

4 POSSIBILIDADES PARA UM TRABALHO EDUCATIVO HUMANIZADOR

Defendemos um trabalho que tenha como objetivo a humanização dos indivíduos; compreendemos que o papel da escola é a socialização dos saberes científicos. Assim, diante da alienação capitalista, a escola precisa se posicionar politicamente, pois seu trabalho é uma das forças necessárias para a transformação. O homem não nasce com características ditas humanas, o respeito às diferenças, a tolerância não são inatos, existe um processo de humanização, contudo,

A alienação capitalista abate as características da concepção humana que não são natas, mas construções históricas, tais como; solidariedade, amor, troca, interesse coletivo do trabalhador e encoraja outras como: a usura, o individualismo, a competição, o egoísmo, o interesse comum (LIMA, 2010, p. 47).

Sendo assim, um trabalho educativo que almeja a humanização dos indivíduos, compreende que “a educação é uma das condições pelas quais este ser rico em possibilidades, desenvolve as capacidades ontológicas essenciais, ou seja, a função básica do processo educativo é a humanização no sentido da consolidação dessas propriedades” (MARTINS, 2004, p. 57). Para a autora, a verdadeira educação é a transformação histórica do indivíduo em direção a um ideal humano superior, eliminando as condições e instituições que alienam o trabalho e o trabalhador e impedem que este ser possa conduzir sua atividade vital de modo consciente, social e livre.

A função essencial da escola é a socialização do saber historicamente produzido tendo em vista a máxima humanização dos indivíduos, e que esta função não se exerce na centralização das esferas do cotidiano, do imediatamente visível e acessível. A máxima humanização dos indivíduos pressupõe a apropriação das formas de elevação da vida cotidiana,

pressupõe um processo em direção ao humano genérico. É claro que a referida elevação não é tarefa exclusiva da instituição escolar; porém, para sua efetivação, a escola desempenha um papel insubstituível, do qual a nenhum título pode-se abrir mão (MARTINS, 2004, p. 66).

Desta forma, compreende-se que a escola, o trabalho educativo podem efetivamente contribuir para o processo de humanização dos indivíduos, mas para que esse processo formativo ocorra exige-se politização da prática educativa, visto que este processo não é neutro e natural; o homem não nasce homem em toda a sua plenitude, o trabalho no seu sentido ontológico transforma e emancipa.

Para Duarte (2001), o homem³, ao produzir os meios para a sua sobrevivência e existência, produz uma realidade humanizada. Ao se apropriar da natureza, transformando-a para satisfazer suas necessidades, intenciona-se nessa transformação. Essa atividade humana objetivada passa a ser ela também objeto de apropriação pelo indivíduo, pois os homens devem se apropriar daquilo que é criado por eles próprios. “Tal apropriação gera nos seres humanos necessidades de novo tipo, necessidades exclusivamente socioculturais, que não existiam anteriormente e que, por sua vez, levarão os homens a novas objetivações e a novas apropriações, num processo sem fim” (DUARTE, 2001, p. 152).

Desse modo, o autor aponta para a necessidade:

De uma pedagogia crítica e historicizadora precisa, antes de mais nada, constituir um referencial com base no qual os educadores se rebelam contra essas formas de alienação, caso contrário, qualquer tentativa de realização de ações educativas humanizadoras não passará de voluntarismo ingênuo e correrá o sério risco de servir, sem o saber nem o desejar, para a legitimação de políticas educacionais alinhadas com o projeto político e econômico neoliberal e com o universo ideológico pós-moderno (DUARTE, 2001, p. 342).

O trabalho educativo para humanização dos indivíduos deve se rebelar contra as formas de alienação, formas essas que estão inseridas dentro e fora dos espaços escolares, a partir das políticas públicas educacionais que são elaboradas e decretadas por pessoas com objetivos e interesses que não são próprios destes espaços. Um trabalho docente, que não revele a sua intencionalidade, transforma qualquer tentativa de realização de ações educativas humanizadoras na legitimação de políticas educacionais alinhadas com o projeto político e econômico neoliberal, como afirma Martins (2010, p. 29), “Ao negarem as explicações objetivas e

³ Utiliza a palavra homem para se referir ao ser humano e não como indicador de gênero.

totalizantes acerca da história, negam também qualquer projeto de superação da sociedade do capital”.

A sociedade capitalista reconhece a importância de um trabalho educativo para a humanização, devido a isso está sempre buscando alternativas para impedir que este trabalho se realize, alienando relações, maquiando suas intenções nos conteúdos dos livros didáticos, na própria organização dos espaços escolares que muito se assimila com a organização atual do mercado de trabalho. Porém, a educação não deveria se confundir com a competitividade e o individualismo presentes nas relações alienantes no meio mercadológico.

Lima (2010, p. 66) afirma “não basta interpretar o mundo, é preciso transformá-lo”, respondendo à nossa pergunta inicial sobre a importância de se estabelecer a relação educação e trabalho. E, justamente para que ocorra essa transformação, é necessário romper com o mecanismo de manutenção da situação vigente; pensar na relação trabalho e educação requer intencionalidade, pois não se separa ação pedagógica da ação política, estes são elementos indissociáveis.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que o trabalho tem por finalidade construir o homem na práxis, ação transformadora, para que possa atuar com plenitude nas esferas da sociedade. O trabalho é um elemento inerente da educação, pois sem ele a ação pedagógica é esvaziada, sem uma finalidade, o trabalho educativo torna-se uma ação alienante, resultando na manutenção da estrutura excludente da sociedade atual.

Sendo assim, exige-se um trabalho educativo comprometido com a transformação social para que aqueles que sempre estiveram à margem da sociedade, economicamente e socialmente, possam usufruir dos bens culturais produzidos historicamente. Porém, sabe-se que é uma pequena parte da população que tem acesso a esses saberes; o que ocorre é o anulamento de toda e qualquer ação para a emancipação humana por meio daqueles que deveriam garantir uma escola vinculada aos problemas sociais. Ainda se acredita na escola neutra, infelizmente, como se fosse possível; a educação é uma ação política e, se não está comprometida com a transformação, estará servindo à acomodação.

Diante das políticas que precarizam o trabalho educativo, descaracterizam a função do trabalho e da educação, depreciam os espaços públicos para que possam vender conhecimento, não devemos nós render a lógica do capital infiltrado na

educação, é preciso continuar resistindo e lutando por um ensino genuinamente público, promovendo a inclusão de todos, indistintamente. Se o trabalho e a educação são atividades humanizadoras, objetivando uma ação transformadora intencional, como poderemos pagar pelo conhecimento? Acreditamos que um trabalho humanizador e uma educação politizada podem desvelar os véus do capital intruso na educação.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Maggie Nunes. A pedagogia contida na forma de produzir capitalista. In: MASCARENHAS, Angela Cristina Belém (Org.). **Educação e trabalho na sociedade capitalista: reprodução e contraposição**. Goiânia: Editora da UCG, 2005. p. 9 - 48.

DUARTE, Newton. **Vigotski e o “aprender a aprender”**: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

LIMA, Laís Leni. O trabalho, sociedade e educação. In: **As muitas faces do trabalho que se realiza educação infantil**. 2010. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia. p. 29 – 66.

MARTINS, Lígia Márcia. Da formação humana em Marx à crítica da pedagogia das competências. In: DUARTE, Newton (org.). **Crítica ao fetichismo da individualidade**. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 53 - 74.

MARTINS, Lígia Márcia. O legado do século XX para a formação de professores. In: _____. (orgs.) **Formação de professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 13-31

MASCARENHAS, Angela C. B. Educação trabalho e política: uma relação inevitável. In: _____. (org.). **Educação e trabalho na sociedade capitalista: reprodução e contraposição**. Goiânia: Editora da UCG. 2005. p. 161- 170.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. São Paulo: Autores Associados. 2012.

SAVIANI, Dermeval. Sobre a natureza a especificidade da educação. In:____ **Pedagogia histórico-crítica**. Primeiras aproximações. 8 ed. Campinas: Autores Associados, 2003. p. 1 – 22.

VAZ, Joana D’Arc; FAVARO, Neide de Almeida Lança Galvão. Os desafios do trabalho docente na sociedade capitalista. **Travessias**, v. 4. 2010. p. 504 -52.